

País promete ao FMI pagar Cr\$ 1,6 tri

Marizete Mundim

O governo se comprometeu com o Fundo Monetário Internacional (FMI) de pagar no triênio 1993/95, a título de amortização e encargos de financiamento interno e externo, nada menos que Cr\$ 1,61 trilhão, em moeda de dezembro do ano passado. Esta meta, fundamental para atingir a estabilização da economia, acordada com o Fundo, está traçada no Plano Plurianual de Investimentos, que será remetido ao Congresso até o próximo dia 15, na rubrica "Saneamento Financeiro do Estado e Estabilização da Economia".

Ontem à tarde, os técnicos da Secretaria Nacional de Planejamento do Ministério da Economia estavam dando os últimos retoques no documento, antes de encaminhá-lo ao Palácio do Planalto, que o enviará ao Congresso Nacional. Um dos "retoques" é corrigir os investimentos, que passarão a ser expressos em moeda de fevereiro de 1992, o que tornará os valores ainda maiores. O pagamento de amortização e encargos de financiamentos será feito com recursos gerados pela reforma fiscal e tributária, garantem os técnicos.

Gastar para economizar

Segundo o Plano Plurianual de Investimentos, os programas relacionados com o saneamento financeiro da União e a estabilização da economia consumirão investimentos de Cr\$ 3,54 trilhões, no período 1993/95. (Esses valores, explicitos em moeda de dezembro do ano passado, como já dissemos, serão ainda maiores na versão final do documento, já que aparecerão reajustados para cruzeiro de fevereiro de 1992).

Somente o prosseguimento da reforma patrimonial exigirá recursos da ordem de Cr\$ 240,9 bilhões.

Segundo técnicos do Ministério da Economia, a verba se destinará à regularização de terrenos e imóveis federais para poder vendê-los, e até a trabalho de aerofotogrametria, necessário para dimensionar as áreas de marina do governo federal.

Para tornar o Estado mais leve e ágil e para promover sua necessária modernização, serão consumidos nada menos do que Cr\$ 1,57 trilhão no próximo triênio. Estão incluídos nesta rubrica programas como a modernização da Receita Federal (com investimentos em informática, pessoal e programas de arrecadação); a modernização da máquina administrativa, a cargo da Secretaria de Administração Federal; e o prosseguimento do Programa de Privatização, sob o comando do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

O leão está solto

Como o pressuposto básico do Plano Plurianual de Investimentos é o de assegurar o autofinanciamento das despesas do Estado, ele prevê investimento maciço na área da Receita Federal, especialmente para adestrar o leão na caça de contribuintes relapsos.

Nada menos do que Cr\$ 124,7 bilhões serão empregados no triênio 1993/95 no combate à sonegação fiscal e previdenciária. A fiscalização se concentrará sobre os grandes contribuintes, que terão fiscais dia e noite em suas empresas, mas abrangerá também as pessoas físicas, já que prevê uma reestruturação dos programas de malha fina, para torná-los mais exigentes e detalhados.

Já aprovado pelo presidente Fernando Collor, em suas linhas gerais, o Plano Plurianual de Investimentos tem o prazo legal até o próximo dia 15 para chegar ao Congresso.